

Família Escrava: escravidão, hierarquias sociais e economia no Rio de Janeiro setecentista.¹

Vanessa Alves de Assis Vieira*

Resumo

As transformações ocorridas na América Portuguesa, mais especificamente na capitania do Rio de Janeiro em fins do século XVII e XVIII, são de suma importância para a compreensão da dinâmica imperial no antigo regime português. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre o novo papel ocupado pela capitania fluminense nos quadros desse império, avaliando principalmente o impacto dessas transformações no perfil da escravidão setecentista. Este cenário foi favorecido, entre outros aspectos, pela descoberta das minas na centúria anterior, fato este que permitiu um incremento significativo no tráfico de cativos africanos desembarcados no porto carioca, repercutindo nas características da escravidão, e mais incisivamente no perfil da família escrava setecentista.

Abstract

The changes that took place in the Portuguese America, specifically in the capitania of Rio de Janeiro by the end of the XVII and XVIII centuries are of great importance to the dynamics of the portuguese ancient regime. In this sense, the present paper tries to reflect about the new role of the fluminense capitania on the framework of this Empire, availing mainly the impact of these transformations on the profile of slavery of the seventeen-hundreds. This scenario was favored, among other aspects, by the discovery of the mines in the century before - fact that allowed a significant increase on the traffic of native africans dispatched at the port of Rio de Janeiro, repercussing at the characters of slavery, more precisely on the profile of the slave family during the seventeenth century.

Introdução

Este artigo é a apresentação de uma das propostas para trabalho de conclusão do bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado *Família Escrava: Estudo sobre as hierarquias sociais e a escravidão setecentista* que se encontra em estágio inicial. Portanto, minha análise encontra-se balizada pelas recentes pesquisas que discutem a escravidão como um marco decisivo na definição dos modos de dominação que deram forma ao Brasil colonial. A partir das alterações no perfil família escrava ocasionadas pelo

¹ Esta temática integra meu projeto de pesquisa monográfica desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) orientado pelo professor doutor Antônio Carlos Jucá de Sampaio

* Bolsista de CNPq da UFRJ na pesquisa intitulada *A arte mercantil: os homens de negócio do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII*, realizada no período de agosto de 2007 a abril de 2008, concernentes à bolsa de iniciação científica - PIBIC – CNPq, vinculada ao professor doutor Antônio Carlos Jucá de Sampaio.

incremento do tráfico, busco enfatizar o papel desses agentes históricos submetidos à escravidão e suas diferentes experiências sociais.

Desde os inícios da década de 1980, os estudos realizados em Portugal ² sobre a história política e institucional do seu vasto Império, abalaram os paradigmas interpretativos acerca das relações entre a coroa e suas áreas colônias. *Grosso modo*, essas pesquisas demonstraram o quanto era ingênua a imagem de uma centralização absoluta dos poderes Monárquicos, vislumbrando um novo arcabouço conceitual, capaz de explicitar criticamente a dinâmica existente nas relações entre o reino e o ultramar. ³ O intuito destas pesquisas era ressaltar a fragilidade destas relações de poder, afirmando a existência de um equilíbrio tênue, dado pela necessidade constante de reiteração da ordem social entre o poder central e suas diferentes localidades.

A historiografia sobre o tema, discute hoje a noção de Antigo Regime nos trópicos, quando versa sobre a montagem de uma sociedade colonial na América. ⁴ Percebemos que há um grande esforço, conseqüentemente um grande avanço, em repensar a idéia de Antigo Regime para a própria Europa. Estas noções teriam formado um arcabouço teórico de bases comuns aos reinóis, que, compreendendo a idéia de uma sociedade de tal maneira, teriam engendrado uma transposição destas concepções para o Império.

A pluralidade daquela Europa, do início da Era Moderna, é amplamente reforçada nesses estudos, muito embora possamos perceber que há algo em comum aproximando essas paragens. ⁵ A mentalidade coletiva encarava a sociedade e o Estado de acordo com uma noção predominante, a qual chamamos de concepção corporativa da sociedade. ⁶ É através desse

² Ver as pesquisas de António M. Hespanha, Ângela Xavier e Nuno G. Monteiro para o Antigo Regime em Portugal.

³ Ver, por exemplo: HESPANHA, A.M. A constituição do Império português: Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Idem. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

⁴ Novas abordagens trouxeram, desde as décadas de 1970 e 1980, produções que põem em xeque as idéias “tradicionais” de se pensar a lógica da sociedade colonial brasileira. Não cabe neste trabalho apresentarmos as antigas noções sobre o tema, que vêm desde a referida época sendo discutidas e remodeladas. Apenas lembramos que o vínculo da América com Portugal era compreendido como uma relação predatória por parte deste último, o qual visava explorar ao máximo as terras conquistadas. Para maiores detalhes de tal corrente, cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. Ou ainda NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1983. Para as novas discussões, cf. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Ou ainda FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *Interpretações*. In: *O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 23-59.

⁵ FRAGOSO, João, op.cit. , p.41.

⁶ HESPANHA, António Manoel. (coord.); MATTOSO, João. (org.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa 1998.

arcabouço conceitual que buscamos analisar alguns aspectos da vida do escravo no Rio de Janeiro setecentista. Ao desembarcar um dos fatos que um escravo novo deveria enfrentar era o caráter estratificado da sociedade colonial, com posições e qualidades bem demarcadas.⁷ Escravos e senhores reproduziam essas hierarquias no seu dia-a-dia, e foi esta dinâmica que engendrava o sistema escravista.

Sendo assim, ao demarcarmos a presença destas fronteiras na sociedade colonial, estamos indicando também a existência de determinados espaços para ação, nos quais os escravos podiam estabelecer barganhas, obtendo em alguns casos, conquistas. Procuramos analisar a família escrava como parte de uma conquista realizada no cotidiano, em meio às hierarquias existentes no interior da sociedade escravista, acreditando que a escravidão constitui-se como um dos principais sustentáculos desta hierarquização.

A historiografia mais recente sobre a escravidão, no Brasil, apesar de ainda em número reduzido em relação a outras áreas escravistas⁸, tem procurado investigar a questão da formação de relações sociais escravas, e de forma particular, os laços de parentesco entre esses agentes históricos. De fato, hoje as concepções clássicas⁹ sobre o acesso dos cativos à formação de famílias já foram questionadas. Entretanto, o debate em torno desta temática ainda suscita inúmeras divergências entre os historiadores.¹⁰ A família escrava, mesmo interpretada sob diferentes matizes, é atualmente entendida como uma realidade estrutural entre os estudiosos do escravismo colonial, embora há algum tempo atrás a simples hipótese de que os escravos pudessem ter acesso à constituição de laços familiares fosse um absurdo completo.¹¹ Posto desta maneira, aos escravos restaria apenas a passividade frente ao julgo senhorial, restando pouco, ou nenhum espaço para manifestações culturais, negociação e estratégias de vida cotidianas.

⁷ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸ Por exemplo, a bibliografia sobre escravismo nos Estados Unidos e Caribe. Cf. BERLIN, Ira. *Gerações do Cativo: Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁹ Baseados desde o século XIX, nos binômios escravo-coisa, escravo-promíscuo e escravo-degenerado, podemos afirmar que até bem pouco tempo atrás, essas concepções ainda estavam presentes na historiografia sobre o tema aqui proposto. Ver: RODRIGUES, R. Nina. *Os Africanos no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p.5; FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Record, 1998, p.338; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982: p.257; PRADO Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰ Para compreender parte dessas discussões, ver: SLENES, Robert. W; FARIA Sheila de Castro. Família escrava e o Trabalho. In: *Tempo*, vol. 3, n.6, 1998. Resultado das questões centrais presentes na sessão do II Encontro de História da UFF, intitulada “Família Escrava e Trabalho”, composta pelos seguintes pesquisadores: Robert Slenes, Manolo Florentino, José Roberto Góes, Luís Carlos Soares, Sheila Faria, e coordenada por Ronaldo Vainfas.

¹¹ RODRIGUES, R. Nina, op. cit. , p.5.

A partir dos anos 80, houve então no Brasil uma mudança paradigmática na historiografia da família escrava, caracterizada por uma revisão de determinados estereótipos. Autores como Robert Slenes, Stuart Schwartz, João José Reis, Sylvia Lara, Sidney Chalhoub, Ciro Cardoso e Manolo Florentino, entre outros, analisaram senhores e escravos, enquanto agentes ativos e construtores, ambos, de relações sociais, mesmo que tensas, onde concessões e adequações eram não só necessárias como aceitas.¹² De forma geral, essas mudanças refletiam o esforço destes estudiosos em torno da História Social, consolidando perspectivas do escravo como agente ativo, readquirindo assim caráter humano.

O estudo de Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento*, sobre a população cativa de Paraíba do Sul em Campos dos Goitacazes demonstrou a importância da família escrava no seio dessa população. Nesse sentido, a autora afirma que durante os séculos XVII e XVIII, no Sudeste, o casamento entre escravos era bastante comum, em particular nas zonas tipicamente agrárias. A autora conclui que neste mesmo período “o casamento na Igreja, só era possível entre escravos de um mesmo dono já que esses dificultavam a união com indivíduos de plantéis diferentes.” (FARIA, 1998, pp.326) Entretanto, como mesmo destacou a autora, esse impedimento não excluiu a existência de outras opções por parte dos cativos, o que sugere muito provavelmente, a presença de padrões e ritos africanos na organização da vida familiar escrava.

Assim como Faria, os estudos de Mariza Soares para o Rio de Janeiro e Stuart Schwartz para Bahia do século XVIII, mostraram a recorrência de uniões aparentemente forçada pelos senhores. Todavia, esses autores destacam que no interior destas relações existia uma grande regularidade na escolha dos parceiros, que na opinião específica de Soares, seriam escolhidos no interior de um mesmo grupo de procedência.

“Embora a endogamia por plantel possa ser explicada no plano da convivência dos senhores, a endogamia por grupo de procedência supõe outro tipo de motivação que indica existirem regras matrimoniais que vão além da disposição dos senhores em casar aleatoriamente suas escravas. Que regras são essas, quem as cria e quem as faz cumprir são ainda perguntas sem respostas.” (SOARES, 2000, pp.123)

Soares percebe que na experiência da escravidão, os escravos de um mesmo grupo étnico ao se reunirem estabeleciam critérios de endogamia e convivência, reelaborando antigas formas de sociabilidade, desmanteladas no momento do tráfico, combinando-as com aquelas adquiridas no dia-a-dia da colônia.¹³ Ou seja, as relações escravas extrapolavam os limites do cativeiro, pois no caso das uniões matrimônias fora da sanção da Igreja, ou mesmo o

¹² FARIA Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.290.

¹³ *Ibidem.*, p.119.

empecilho senhorial não significou a inexistência da família, ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas.¹⁴ Schwartz acentuou a importância estratégica do compadrio e do casamento entre cativos como papel-chave jogado na tessitura das relações sociais, estudando a Bahia entre o século XVI e as primeiras décadas do XIX.

Esse tipo de análise é fundamental para o estudo das redes de parentesco travadas pelos escravos, pois fica evidente a existência de canais de comunicação entre escravos e senhores. Elucida o dinamismo da sociedade escravista, alertando desta forma, para a necessidade de análises mais dialéticas. Destes estudos, depreende-se a iniciativa de pensar o escravismo colonial como um sistema gerador de dominação, nos indicando os caminhos para compreender a dinâmica que o engendrou. A família escrava representa a possibilidade de pensar o escravismo como um sistema relacional, que não exclui o viver escravo. As relações de parentesco travadas no interior das senzalas, e mesmo fora dessas, demonstra parte desta experiência.

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1988, p.318.